18º ENPESS
Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Movimentos Sociais e lutas de classes – contextos nacional e internacional

INTRODUÇÃO À TEORIA DE CLASSES MARXIANA: UMA ANÁLISE DE CARIZ ONTOLÓGICO[1]

MARIA IMACULADA DE ANDRADE MORAIS[2]
WÉCIO PINHEIRO ARAÚJO [3]

RESUMO

Este artigo analisa a teoria de classes marxiana a partir de um estudo sincrônico entre *O Capital*, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, A Luta de Classes na França e o *Manifesto Comunista*. Para isto, discute a questão da luta de classes sob uma perspectiva ontológica no desenlace da chave de leitura da luta de classes como "motor da história" e como igualmente se manifesta a generalidade do objeto determinante na "exploração do homem pelo homem". Seu objetivo é contribuir para o esclarecimento daqueles estudiosos que começaram a frequentar o texto marxiano, com interesse na problemática da luta de classes. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental enquanto procedimentos técnicos direcionados para a leitura imanente da obra marxiana, acompanhada de comentadores marxistas selecionados.

Palavras-chave: Classe social. Luta de classes. Marx.

ABSTRACT

This article analyzes Marx's class theory based on a synchronic study of *Capital*, *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*, *The Class Struggle in France*, and the *Communist Manifesto*. To this end, it discusses the issue of class struggle from an ontological perspective in the outcome of the key to reading class struggle as the "motor of

[1] Este artigo é um produto do projeto de pesquisa intitulado *Estado, ideologia e luta de classes no capitalismo contemporâneo*, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB/CNPq), coordenado pelo presente autor, dentro do qual a coautora em tela, ainda enquanto bolsista de iniciação científica, contribuiu com as discussões na condição de graduanda do curso de Serviço Social e, agora no ato desta publicação, como mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB), onde o presente autor atua como professor do quadro permanente.

[2] Universidade Federal da Paraíba
[3] Universidade Federal da Paraíba

ISSN 2965-2499

history" and how the generality of the determining object is also manifested in the "exploitation of man by man". Its objective is to contribute to the enlightenment of those scholars who have begun to read Marx's text, with an interest in the problematic of class struggle. The methodology used was bibliographical and documentary research as technical procedures aimed at the immanent reading of Marx's work, accompanied by selected Marxist commentators.

Keywords: Social class. Class struggle. Marx.

INTRODUÇÃO

A concepção geral que fundamenta a perspectiva de classes marxiana está inicialmente assentada em um fato historicamente comprovado em todas as sociedades baseadas na propriedade privada dos meios de produção: a exploração do homem pelo homem e seus desdobramentos sociais, econômicos, políticos etc. Neste sentido, o ponto de partida que assumimos para examinar a questão da luta de classes está na indagação formulada pelo próprio Marx em *O Capital* (Marx, 2017, p. 947): o que constitui uma classe social?

Este questionamento corresponde a um esforço intelectual que permeou toda a vida de Marx no sentido de elaborar uma argumentação científica para o problema das classes, e pode ser encontrado nas últimas páginas d'*O Capital* (livro terceiro, capítulo intitulado *As Classes*) — publicado por Engels após a morte de Marx (Marx, 2017, p. 947-948) e lamentavelmente incompleto. Portanto, esta exposição decorre da realização de um estudo sincrônico estabelecido entre, de um lado, a questão supracitada apresentada em *O Capital* e, de outro, três textos anteriores e de natureza distinta: *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (Marx, 2011), *A Luta de Classes na França* (Marx, 2012) e o *Manifesto Comunista* (Marx; Engels, 2021). Para isto, apresentamos um breve introito da questão guiado por dois aspectos fundamentais, que elaboramos sob uma perspectiva ontológica, ou seja:

> a partir de como Marx se apropria criticamente da ontologia hegeliana, podemos compreender, de modo inédito até então, como a sociedade capitalista, enquanto sujeito histórico estranhado de si mesmo, constitui-se na e pela relação entre os conteúdos e formas sociais que se manifestam na experiência (*Erfahrung*) da vida social e em suas

ISSN 2965-2499

> formas de sociabilidade (política, jurídicas, éticas, culturais, artísticas, tecnológicas etc.) estabelecidas nas relações sociais entre os indivíduos concretos (Araújo, 2024b, p. 8).

Em primeiro lugar, enquanto objeto (em si), o conceito de classe social na teoria marxiana define-se como um grupo social que ocupa um lugar determinado no processo de produção, entendendo-se que este lugar comporta uma significação dupla: lugar no processo técnico de produção e lugar no processo jurídico, sobreposto ao processo técnico. O capitalista é simultaneamente a classe dominante da organização do trabalho e do processo técnico. Não obstante, graças à sua situação de proprietário dos meios de produção, é também senhor do processo jurídico, condição que lhe garante legalmente o direito de se apropriar do mais-valor produzido pela força de trabalho (o trabalho vivo).

Em segundo, importa acostar junto disso o movimento teórico-metodológico realizado por Marx, que sob uma perspectiva ontológica do trabalhador como sujeito político interpretamos da seguinte maneira: como um produto do pensamento (concreto pensado/mediatizado), a luta de classes, entendida como "motor da história" das sociedades fundadas na propriedade privada, se revela como uma formulação que ganha corpo histórico por meio da mediação (*Vermittlung*)[4] dialética estabelecida no exercício da abstração que costura a dimensão universal do fenômeno analisado (o trabalho subjugado à propriedade privada – fato concreto e válido em todas as épocas) com o singular (o sujeito concreto: indivíduos e sociedade) sob a inferência do particular (o estágio de desenvolvimento histórico de uma determinada sociedade – no caso de Marx, a sociedade capitalista). Neste modo de proceder do pensamento, põe-se a determinação concreta dessa chave de leitura, que sob a perspectiva ontológica do sujeito situado na sociedade burguesa (leia-se: indivíduos situados na experiência da vida em sociedade), manifesta-se nas classes sociais e nas relações estabelecidas entre elas na experiência social do mundo capitalista. Portanto, trata-se de não reduzir a luta de classes apenas à coisa em si (objeto), mas não perder de vista que, para Marx, a perspectiva da luta de classes se manifesta sobretudo como sujeito (para si) que, como veremos, no *Manifesto Comunista* (Marx; Engels, 2021), aparece como burgueses versus proletários, em *O Capital* (Marx, 2017, p. 947-948), como capitalistas, proprietários de terra e assalariados,

[4] Sobre a mediação no método dialético, ver trabalhos recentes de Araújo (2023; 2024a).

ISSN 2965-2499

assim como em A *Luta de Classes na França* (Marx, 2012) encontraremos uma amalgama de pelo menos sete grupos ou classes sociais: burguesia financeira, burguesia industrial, classe burguesa ligada ao comércio, pequena burguesia, classe camponesa, classe proletária e lumpemproletariado.

É fundamental compreender que, se por um lado, a exposição da teoria de classes marxiana, a luta de classes apresente um caráter genérico e intrínseco a todas as sociedades fundadas na propriedade privada dos meios de produção, generalidade histórica que Marx e Engels resumem na expressão “motor da história”, por outro lado, esta generalidade, mesmo fundamentada em uma realidade objetiva (concreto imediato), se eleva como uma abstração rumo ao concreto pensado (mediatizado), pois expressa uma conclusão decorrente de uma determinada forma de pensar que analisa criticamente a realidade sob uma perspectiva ontológico-dialética historicamente determinada e socialmente condicionada simultaneamente como objeto (coisa em si) e sujeito (para si); do contrário, estariam reproduzindo o erro elementar de perder de vista a ligação ineliminável entre sujeito e objeto na constituição da realidade social sob a perspectiva ontológico-dialética de totalidade (*Totalität*).

Em suma, conforme destacamos, a generalidade abstrata da luta de classes está situada precisamente em um nível de abstração que a coloca como uma verdade concreta e objetiva comum a todas as épocas da história das sociedades fundadas na propriedade privada dos meios de produção. Contudo, sob esse proceder ontológico-dialético, aquela generalidade comum a todas as épocas sofre inevitavelmente a inferência das determinações históricas cada vez mais particulares tanto quanto mais se aproxima de determinada conjuntura, decorrente de uma determinada particularidade histórica. Isto é, a sociedade capitalista determinada ontologicamente pela contradição estabelecida entre, de um lado, a luta de classes como objeto (coisa em si) situada no conteúdo social (objetivo) das relações sociais e, de outro, as formas políticas vivenciadas subjetivamente pelos indivíduos enquanto sujeitos (para si) na experiência da vida em sociedade de classes do tipo capitalista.

Esse movimento de método em seu caráter expositivo é muito bem reproduzido no *Manifesto do Partido Comunista*, quando a exposição do afamado texto escrito a quatro

ISSN 2965-2499

mãos por Marx e Engels abre-se diante da leitora com essa generalidade histórica atestada e apresentada numa potente peça retórica de engajamento e chamamento político – “A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história das lutas de classes” (Marx; Engels, 2021, p. 53). A partir daí, a exposição vai progressivamente realizando a mediação constituída pela costura ontológico-dialética com o singular (a sociedade como um sujeito plural de classes polarizado entre burguesia e proletariado) sob a inferência do particular (o modo de produção capitalista como se manifestava à época). Os autores do *Manifesto* chegam então a uma conclusão importante e determinante para a história das lutas políticas no seu tempo e depois dele: o fato de que a sociedade capitalista, analisada a partir do modo como produz o conteúdo material da riqueza social sob a perspectiva ontológica do sujeito (as classes sociais), se divide basicamente em duas classes de interesses opostos e irreconciliáveis, mais uma vez: burguesia e proletariado – vejamos um pouco mais e melhor a seguir.

2. ENGAJAMENTO POLÍTICO E RIGOR CIENTÍFICO: *MANIFESTO COMUNISTA* E *O CAPITAL*

Como vimos no primeiro capítulo do *Manifesto Comunista*, Marx e Engels apresentam uma poderosa peça retórica extraída, por meio de rigoroso exame, da historiografia escrita acumulada até sua época: “A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história das lutas de classes” (Marx; Engels, 2021, p. 53). Conforme explica Engels:

> A Pré-História, organização social anterior à história escrita, era desconhecida em 1847. Mais tarde, Haxthausen [August von, 1792-1866] descobriu a propriedade comum da terra na Rússia, Maurer [Georg Ludwig von, 1790-1872] mostrou ter sido essa a base social da qual as tribos teutônicas derivaram historicamente e, pouco a pouco, verificou-se que a comunidade rural era a forma primitiva da sociedade, desde a Índia até a Irlanda. A organização interna dessa sociedade comunista primitiva foi desvendada, em sua forma típica, pela descoberta de Morgan [Lewis Henry, 1818-1881] da verdadeira natureza dos genes e de sua relação com a tribo. Após a dissolução dessas comunidades primitivas, a sociedade passou a dividir-se em classes distintas (Marx; Engels, 2021, p. 98; nota de Engels à edição inglesa de 1888).

ISSN 2965-2499

Logo adiante no texto fica evidente que eles pretendem analisar, a partir dessa afirmação mais geral, a particularidade histórica que se expressa na sociedade burguesa. O método expositivo do texto mostrará gradualmente como essa generalidade abstrata apresentada no parágrafo de abertura e, portanto, mais simples e genérica, adquire sua forma mais complexa — seu verdadeiro ponto de partida no tocante ao método de investigação —, igualmente produto de condições históricas, e que não possui validez concreta senão para essas condições e dentro dos limites dessa particularidade, a saber: o modo de produção capitalista.

Quando no *Manifesto Comunista*, Marx e Engels destacam duas grandes classes sociais, pois sendo um texto aberto e de caráter político — como anuncia o próprio título —, a luta de classes ganha uma embocadura engajada na realidade social do seu tempo, seus autores não escondem o intuito evidente – e aqui a partir, o caráter ideológico se junta ao caráter científico da luta de classes – de manifestar aos trabalhadores a necessidade de transformação radical por meio de uma revolução social liderada por uma determinada classe social, neste caso, o proletariado que, enquanto classe dominada e explorada, deveria se revoltar contra a burguesia, classe dominante e exploradora.

> A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado. Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado (Marx; Engels, 2021, p. 54-55).

Em síntese, os autores apresentam duas grandes classes polarizadas na arena política do capitalismo naquele momento histórico, pois essa era a determinação colocada pelo conteúdo das relações sociais enquanto totalidade concreta manifesta na sua concretude, assim como pela própria natureza eminentemente política e panfletária do texto em questão, apesar das suas bases científicas. Portanto, a natureza do problema situado na realidade concreta (sensível e imediato) determina o recorte que sofrerá a teoria no movimento da abstração rumo ao concreto pensado (mediatizado). Por meio da mediação dialética, o pensamento estabelece a costura entre proposições mais gerais (abstratas) e determinações mais particulares (concretas), a saber: na realidade concreta

ISSN 2965-2499

da luta de classes rumo à transformação revolucionária da sociedade capitalista moderna – e esta é a ênfase do *Manifesto* —, as classes que capitaneiam o conflito, segundo Marx e Engels, estão historicamente representadas por burgueses e proletários, em uma situação determinada diretamente por uma relação política de opostos socialmente orgânicos e politicamente irreconciliáveis entre si.

> Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios de produção social e empregam trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver (Marx; Engels, 2021, p. 98, nota de Engels à edição inglesa de 1888).

A partir dessa conclusão marcada inequivocamente pelo destacamento de "dois grandes campos inimigos": burguesia e proletariado, vejamos o que encontraremos em *O Capital* – mesmo que de maneira apenas introdutória. Eis a pergunta elaborada pelo próprio Marx em *O Capital*, Livro III, no capítulo intitulado *As Classes* (Marx, 2017, p. 947) – conforme sinalizamos no início desta exposição:

> A questão que se propõe agora é esta: que constitui uma classe? A resposta decorre automaticamente da que for dada à pergunta: que faz dos assalariados, dos capitalistas e dos proprietários de terra membros das três grandes classes sociais? À primeira vista, a identidade das rendas e das fontes de renda. São três grandes grupos sociais, e seus componentes, os indivíduos que os constituem, vivem respectivamente de salário, de lucro e de renda fundiária, utilizando a força de trabalho, o capital e a propriedade fundiária (Marx, 1985, p. 1013).

A generalidade ou a universalidade abstrata da luta de classes enquanto "motor da história", comum a todas as épocas, sofre aqui uma determinação precisa decorrente da aproximação junto à particularidade da sociedade burguesa analisada em *O Capital*, que põe a exposição teórica sob o método da crítica à economia política em um nível de maior complexidade e profundidade, embora igualmente por meio do recurso à inferência da particularidade histórica determinada pelo estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista no seu tempo. Marx, fiel ao seu método, prossegue elevando-se progressivamente do abstrato ao concreto[5]. Assim, na costura da mediação, a

[5] Para aprofundar as complexas distinções que envolvem a dinâmica intermutável entre os conceitos de concreto e abstrata na lógica dialética, ver Araújo, 2023; 2024a.

ISSN 2965-2499

particularidade exerce determinação sobre a abstração da generalidade, a partir de termos específicos e rigorosamente situados na esfera da produção.

Segundo o próprio autor, a resposta à questão em tela terá que decorrer automaticamente da que for dada à pergunta: “O que faz com que assalariados, capitalistas e proprietários de terra constituam as três grandes classes sociais?” (Marx, 2017, p. 948). Apesar da inequívoca coerência com a elaboração encontrada no *Manifesto*, aqui estamos diante de um problema posto rigorosamente em termos científicos e, obviamente, não panfletários e, evidentemente, sob um nível bem maior de complexidade.

Como sabemos, os assalariados, capitalistas e proprietários de terra estão a se movimentar no solo real história. Logo, à primeira vista, o conceito de classe surge da aproximação com esse concreto em suas manifestações reais elaboradas no que tange à esfera da produção enquanto concreto pensado. Este processo conduz à conclusão de que, sob essa perspectiva dos papéis desempenhados rigorosamente no modo de produção, os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terra são os três grandes grupos sociais que sustentam as relações de produção. Isto se justifica no e pelo fato de que “vivem respectivamente de salário, lucro e renda da terra, da valorização da sua força de trabalho, de seu capital e de sua propriedade fundiária” (Marx, 2017, p. 948). Dois pontos podem nos ajudar a profundar um pouco mais a análise.

Primeiramente, o lucro é a forma socialmente necessária e aparente (fenomênica) que adquire a substância da acumulação capitalista situada no mais-valor (*Mehrwert*). Igualmente à renda fundiária – consagrada por Marx neste mesmo livro terceiro por meio de longa análise –, o lucro é também uma fração do mais-valor não distribuído entre os trabalhadores. Por fim, resta o salário como a única parte acessível aos trabalhadores com relação a tudo aquilo que produzem. Neste ponto, temos uma exposição alinhada de modo coerente com a exposição mais simplificada do *Manifesto*, embora mais complexa e, consequentemente, mais ampla e exclusivamente científica. Não obstante, ambas estão lastreadas na constatação empírica historicamente determinada e socialmente condicionada da exploração do homem pelo homem como uma determinação sistêmica e orgânica ao modo de produção capitalista. Contudo, é fundamental distinguir que esta

interpretação das classes pela estrutura econômica encontrada em *O Capital* é a que corresponde melhor à intenção científica de Marx (Aron, 2007, p. 182). Já aquela encontrada no *Manifesto*, pela natureza do texto, apresenta-se mais simples, porém não em contradição com a análise mais científica.

Em segundo lugar, segundo Marx e Engels na exposição do *Manifesto*, na arena política da luta de classes, as relações entre as classes tendem a simplificar-se à medida que o capitalismo se desenvolve. Contudo, também em termos de análise científica, neste aspecto, eles enfatizam as duas principais fontes de rendimentos, deixando de lado a renda fundiária, cuja importância, segundo eles, diminui à medida que progride a industrialização. Decorrente disto, o texto do *Manifesto* leva-nos a duas grandes classes que disputam a luta deflagrada na arena política da história sob a perspectiva das convicções ideológicas de seus autores, isto é, a revolução comunista. Nesta arena política, na qual nasceria a revolução, de um lado, temos o proletariado constituído pelos que só possuem a sua força de trabalho e, de outro, a burguesia capitalista, aquela classe social que açambarca a maior parte do mais-valor produzido pelos trabalhadores.

Conclusão importante para o nosso objetivo nesta introdução, sobretudo em termos exegéticos e didáticos: apesar da natureza distinta constatada entre *O Capital* e *O Manifesto*, é possível identificar inequívoca coerência teórico-metodológica entre eles, seja num tipo de interpretação de intenção mais científica, seja com propósitos mais voltados ao engajamento político – a seguir, vamos ao próximo texto do nosso corpus teórico.

3. O 18 DE BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE: O CASO DOS CAMPONESES FRANCESES

> "A situação dos camponeses franceses nos permite decifrar o enigma das eleições gerais de 20 e 21 de dezembro de 1848".
>
> Karl Marx, em *O 18 de Brumário*[6]

[6] Cf. 2011, p. 150.

ISSN 2965-2499

O 18 Brumário de Luís Bonaparte, publicado em 1852, traz uma primorosa análise de conjuntura, na qual Marx desmonta a estrutura de classes francesa e traz à tona os interesses e as divergências que existiam entre elas, assim como os diversos grupos sociais que exerceram influência na sucessão dos fatos políticos naquele momento, com destaque para o fato de que Luís Bonaparte (sobrinho de Napoleão) soube aproveitar-se politicamente desses conflitos, à medida que se colocou estrategicamente como alternativa para uma determinada classe, enquanto vislumbrava, na verdade, apoderar-se do Estado francês com intenções que, na análise ulterior das fatos e suas vicissitudes, se revelaram claramente golpistas.

Um pouco antes de publicar *O 18 de Brumário*, em *A Luta de Classes na França* (Marx, 2012), texto de 1850, Marx distingue as seguintes classes na conjuntura da sociedade francesa no seu tempo: burguesia financeira, burguesia industrial, classe burguesa ligada ao comércio, pequena burguesia, classe camponesa, classe proletária e, por fim, aquilo a que chama de *Lumpenproletariat*, correspondendo aproximadamente ao que chamamos na conjuntura hodierna de subproletariado ou lumpemproletariado (Aron, 2007, p. 182). Segundo Bottomore, Marx refere-se ao *Lumpenproletariat* como “o lixo de todas as classes”, “uma massa desintegrada”, que reunia “indivíduos arruinados e aventureiros egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, malfeitores recém-saídos da cadeia (...) batedores de carteira, rufiões, mendigos” (Bottomore, 2001, p. 223). Mas com um detalhe importante: foi neste extrato social que Luís Bonaparte se apoiou em sua luta pelo poder.

Como destaca Aron (2007, p. 182), essa classificação não contradiz a teoria de classes delineada no último capítulo de *O* Capital, ou mesmo no *Manifesto do Partido Comunista*. Afinal, o problema colocado por Marx nas três abordagens em tela e, consequentemente, nos textos que produzem, não é o mesmo. Em *O Capital*, Marx procura determinar quais são os grandes agrupamentos característicos de uma economia capitalista no tocante rigorosamente ao lugar que ocupam na esfera da produção material. Por outro lado, nos textos da década de 1850 dedicados à análise da realidade política francesa, ele procura determinar quais foram, em circunstâncias históricas muito

particulares, os grupos sociais que exerceram a sua influência sobre os acontecimentos políticos de cariz conjuntural.

Ainda no seu prefácio à segunda edição de *O 18 de Brumário*, de 1869, Marx alerta que apenas duas outras obras que tratam desse episódio são dignas de nota, a saber: i) *Napoléon Le petite* [*Napoleão, o Pequeno*], de Victor Hugo, com a ressalva de que este não leva em conta os acontecimentos históricos, tratando-os apenas como espontâneos e inesperados; ii) A obra de Pierre-Joseph Proudhon, *Coup d'état* [*Golpe de Estado*], na qual os acontecimentos são relatados mergulhados num contexto construído historicamente como se fossem resultado de uma "evolução histórica precedente" (Marx, 2011, p. 18) e, portanto, acaba por transformar a construção histórica do golpe de Estado numa "apologia do herói do golpe de Estado" (Marx, 2011, p. 18).

A questão em jogo é que, diferente de ambos os autores supracitados, Marx abordará os fatos, não só como um contexto construído historicamente, mas, sobretudo, perpassado pela luta de classes, o que revelará o caráter eminentemente crítico-dialético e coerente da sua abordagem no deslindamento das classes e/ou grupos sociais que influenciaram politicamente aquele momento histórico na realidade política francesa. E é neste e partir deste ponto que encontramos valiosas lições no aclaramento da teoria de classes marxiana – propósito do nosso estudo aqui. Eis o desafio assumido por Marx na sua narrativa histórica de caráter crítico com relação aquele acontecimento que chamou ironicamente de "O 18 de Brumário de Luís Bonaparte": superar analogias históricas superficiais que, segundo ele, eram comuns à Alemanha da época, a exemplo do que apresentavam Victor Hugo e Pierre Proudhon.

O aspecto chave para a teoria de classes encontrado neste texto está na descrição de novos elementos históricos das lutas de classes e na crítica reveladora daquilo que havia sido mistificado na forma inescrupulosa como Luís Bonaparte chega ao poder. A estratégia bonapartista consistiu em capturar o descontentamento das classes em proveito próprio, processo por meio do qual ele foi eleito mediante habilidosa manipulação do prestígio que seu sobrenome carregava junto às massas dos pequenos camponeses – por conta do seu tio, Napoleão Bonaparte. A tática consistiu precisamente em conquistar a opinião daqueles grupos sociais mais miseráveis. E, junto disto, no meio urbano, ele

ergueu um exército pessoal formado pelo lumpemproletariado. Este edificado "[...] em condições extremas de crise e de desintegração social em uma sociedade capitalista [quando] grande número de pessoas pode separar-se de sua classe e vir a formar uma massa "desgovernada", particularmente vulnerável às ideologias e aos movimentos reacionários" (Bottomore, 2001, p. 223).

Os camponeses intervieram na política francesa, segundo Marx, no dia em que elegeram Luís Napoleão Bonaparte, isto é, 10 de dezembro de 1848. O sobrinho de Napoleão foi eleito, e ninguém o conhecia muito antes disso, todavia, mesmo assim foi eleito, em eleições livres, pela imensa maioria do país. Como salienta Aron (2007, p. 454), a questão que se colocava para Marx na sua análise de conjuntura realizada sob a perspectiva da luta de classes era a seguinte: "Quem Luís Napoleão representava?". Nosso autor responde: os camponeses, uma vez que a maioria da população francesa era rural. No entanto, paira a questão de saber se Luís Napoleão representava a classe dos camponeses de maneira essencial ou acidental e se, no poder, ele se comportou como porta-voz dos camponeses.

É nesse contexto que se revela o peso do texto de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, sobretudo no que tange à análise da conjuntura em tela sob a perspectiva da luta de classes. Diante disso, surge outra questão: os camponeses constituem uma classe social? Eis a resposta de Marx:

> A grande massa da nação francesa é constituída por uma simples adição de grandezas do mesmo nome, mais ou menos do mesmo modo que um saco cheio de batatas forma um saco de batatas. Pelo fato de viverem **condições econômicas** de existência que distingue seu modo de subsistência, seus interesses e cultura daqueles das outras classes, esses milhões de famílias **constituem uma classe**, inimiga recíproca das outras classes. Mas pelo fato de estarem unidas por um vínculo puramente **local**, pelo fato de a identidade dos interesses não criar comunidades, nem união nacional, nem **organização política**, os camponeses minifundiários **não constituem classe** (Marx, 1928, p. 313-314, grifo nosso).

Como aponta Aron (2005, p. 455-456), aí está uma teoria bem elaborada das classes. Primeiramente, temos a condição primacial para a formação de uma classe, isto é, que exista um número grande de famílias vivendo dentro de condições semelhantes. Em seguida, outro aspecto nevrálgico também aparece contemplado: é preciso que esses milhões de famílias tenham os mesmos interesses, que tenham mais ou menos a mesma cultura e que essas comunidades criadas pela semelhança das condições as coloquem

ISSN 2965-2499

como inimigas de outros grupos, definidos por outras condições de existência e outros interesses. Mas a classe só tem acesso à sua realidade, no sentido estrito do termo da realidade de uma classe enquanto sujeito político na experiência da vida em sociedade, pela tomada de consciência para si.

Vejamos como fica a questão sob o signo da contradição dialética – que aqui se estabelece entre objetividade (classe em si) e subjetividade (classe para si): uma classe social se põe determinada pela tensão entre duas dimensões contraditórias estabelecidas entre, de um lado, as condições objetivas (em si) e, de outro, as formas de os indivíduos vivenciarem essas condições como sujeitos políticos (para si) na experiência social. Não obstante, a contradição é exatamente aquilo que elucida o enigma, pois nela se revela a própria essência do fenômeno de classes.

Na condição primeira (objeto em si), temos elementos bem mais ligados à particularidade da vida rural francesa manifestos em um “vínculo puramente local”. O que nos permite, segundo Marx, enquadrar os camponeses objetivamente enquanto “classe”. Por outro lado, no aprofundamento da análise, teríamos a aproximação com determinações mais complexas relativas à dialética entre a forma política e o conteúdo social na sociedade burguesa[7], das quais, o campesinato francês estava muito distante (sujeito para si). Importa ressaltar que a sacada pioneira do ponto de vista teórico está no fato de esta análise ser capaz de captar tal contradição e não meramente cunhar um conceito engessado para ser aplicado verticalmente à realidade.

A formulação de Marx capta a contradição fundamental e imanente à formação das classes sociais naquele contexto da realidade francesa, mostrando-se capaz de revelar a contradição fundamental entre um grupo social (os camponeses) ser e não ser uma classe simultaneamente. Ou seja, a condição de classe dos camponeses afirma-se pela própria negação na dinâmica dos processos sociais que compõem a totalidade concreta na realidade política na qual estão inseridos. Na direção de esclarecer melhor a questão, vamos responder dialeticamente à seguinte indagação: afinal, os camponeses são uma classe social? A resposta é sim e não.

[7] Ver prólogo de Herbert Marcuse, Cf. Marx, 2011, p. 9-16.

ISSN 2965-2499

Sim, porque, em termos dialéticos, ao observar um grande número de pessoas que vivem em condições análogas de existência e têm interesses em comum, podemos dizer que esse grupo constitui objetivamente uma “classe em si”. Por outro lado, não são uma classe se essas pessoas não têm consciência de constituírem um grupo como sujeitos políticos, e não são capazes de, a partir disto, desenvolver um projeto comum de vontade coletiva e organização política. Assim, não constituem uma “classe para si”, pois não adquirem existência efetiva no cenário político enquanto sujeitos políticos consciente de si mesmos como classe social. Como aponta Aron (2005, p. 456, grifo nosso), resgatando a evidente inspiração hegeliana do pensamento marxiano, “Uma classe só existe realmente quando ela se pensa como classe, porque, sem isso, ela o é **em si** e não **para si**. Uma classe só existe realmente quando ela se quer classe, quer dizer, quando ela tem um projeto”.

Nesse contexto, podemos compreender então por que os conservadores camponeses franceses necessitavam de um representante que estivesse no ápice da pirâmide social para assegurar a ordem, e sendo maioria apta a votar em eleições livres, exercem o direito, mesmo não sendo uma classe organizada no sentido estrito do termo, de modo que elegem este questionável representante nomeado por Marx de “aberração política”, marcando para sempre sua intervenção episódica na história política francesa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas primeiras formulações da sua teoria de classes, Marx partiu do pressuposto histórico desvelado em uma contradição fundamental situada no modo de produção capitalista, de maneira que se revelam na sociedade interesses opostos e irreconciliáveis entre assalariados e capitalistas. Estava, além disso, convencido de que essa oposição dominava o conjunto da sociedade capitalista e de que tomaria uma forma política ativa cada vez mais forte com o avanço da evolução histórica (Aron, 2007, p. 183), como tentamos demonstrar neste trabalho. Todavia, quando sua análise se move rumo ao concreto em sua complexidade para além da conjuntura e de aparência – leia-se, a efetividade (*Wirklichkeit*) –, como esmerado observador histórico, ele não poderia, por um

ISSN 2965-2499

lado, negar a pluralidade dos grupos sociais, como no caso da interpretação histórica dos sucessivos fatos políticos naquele momento vivido pela França, assim como também, por outro lado, seria impossível igualmente negar a luta de classes perpassando aquela complexa realidade em suas contradições imanentes. Fica, mais uma vez, comprovada, a coerência marxiana na assertiva análise de que a essência do mundo humano está na efetividade das relações sociais enquanto dimensão mediatizada para além da aparência, e que, somente sob a rigorosa apreensão ontológico-dialética dessas relações enquanto totalidade concreta é que podemos explicar, por aproximação, a complexidade dos processos sociais que delas e nelas se desenvolvem.

Sem qualquer pretensão de estabelecer interpretações definitivas, nesse momento da pesquisa (ainda propedêutico), foi possível concluir que a teoria de classes marxiana, seja em textos situados no início do itinerário intelectual de Marx, seja na sua obra madura, é rigorosamente coerente com sua formulação mais geral que afirma a luta de classes como “motor da história”. Não obstante, estabelecem mediações com os acontecimentos históricos em suas particularidades por meio de um recurso essencial ao método dialético: a lógica da contradição imanente ao conteúdo das relações sociais e as formas políticas deste conteúdo ser vivenciado pelos indivíduos na qualidade de sujeitos políticos na experiência da vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, W. P. A Ideia no pensamento de Hegel. **Revista Reflexões,** Fortaleza. Ano 12, n. 22, jan./jun. 2023, p. 46-70. Disponível em: https://revistareflexoes.com.br/artigos/a-ideia-no-pensamento-de-hegel/. Acesso 19 jun. 2024.

ARAÚJO, W. P. **Ontologia e economia política:** Marx leitor de Hegel. São Paulo: Editora Dialética, 2024a.

ARAÚJO, W. P. Ontologia e economia política: uma introdução filosófica à leitura de O Capital. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 147, n. 3, e-6628369, 2024b, p. 8. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/RqXDvMMjGFKGWvdJkspCrMp/. Acesso em: 29 jul. 2024.

ARON, R. **O marxismo de Marx**. Tradução de Jorge Bastos. São Paulo: Arx, 2005.

ISSN 2965-2499

ARON, R. **As Etapas do Pensamento Sociológico.** 8ª edição. Lisboa (Portugal): Publicações Dom Quixote: 2007.

BOTTOMORE, T. (editor). **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MARX, K. **As lutas de classe na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital – Crítica da Economia Política.** Livro III, volume VI: O Processo Global de Produção do Capital. 10ª ed. – Tradução Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: DIFEL, 1985.

MARX, K. **O Capital – Crítica da Economia Política.** Livro III: O Processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2021 (recurso digital/edição kindle).

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.